

Assessoria de Imprensa e Comunicação Social

23
Fev
2017



CLIP PING

TJ ES

Poder Judiciário • Tribunal de Justiça do Espírito Santo

ESPECIAL SEGURANÇA

FIM DA GREVE DA PM EM 23 CIDADES DO INTERIOR

Em municípios maiores, porém, policiamento ainda é parcial

Em 23 municípios do Espírito Santo a greve dos policiais militares acabou. Por lá os batalhões e unidades da PM voltaram a atuar não só com policiamento a pé, mas também com o uso de motos e viaturas. Todas as cidades são do interior do Estado.

Em outros 55 municípios, incluindo a Região Metropolitana, o atendimento ainda é parcial. Há bloqueios dos acessos aos batalhões. Em Cachoeiro, por exemplo, a cidade está com atendimento parcial porque há uma viatura retida no batalhão.

Os problemas são um pouco maiores nas cidades localizadas na Grande Vitória e nos grandes centros do interior, como Colatina, Linhares e São Mateus, onde o movimento grevista ainda se mantém nos batalhões.

Nestas cidades, o policiamento vem sendo feito a pé e com o uso de algumas viaturas que o comando da corporação já conseguiu liberar. Também contam com o apoio das tropas federais que permanecem no Estado até o próximo dia 8 de março.

De acordo com o coronel Márcio Celante, chefe do Estado Maior Geral da



O acampamento das mulheres de policiais permanece em frente ao 4º Batalhão, em Vila Velha, onde nem todos os PMs voltaram às ruas

PM, a liberação é o resultado de um trabalho gradativo que vem sendo feito para que a segurança no Estado volte à sua normalidade. "Todos os dias temos buscado reverter esta situação. A sociedade clama por uma solu-

ção e queremos atender esta demanda, mas temos que agir com cautela", assinalou.

Ele acrescentou que, apesar de parte do efetivo da PM ainda não estar totalmente nas ruas, a situação já é bem melhor do que

há algumas semanas. "Já vivemos momentos mais difíceis nos últimos dias, mas devagar estamos conseguindo retomar o policiamento. Precisamos agora pedir desculpas à população pelos dias que não estivemos presentes,

quando não fomos capazes de atender as suas demandas", disse.

TRANSFERÊNCIAS

No boletim geral da PM, divulgado na noite de ontem, foi publicado uma lista de transferência de po-

liciais militares para outros batalhões.

Um total de 57 pessoas, de várias patentes, foram remanejadas de seus atuais batalhões para outras unidades. Há vários casos de remanejamento da Grande Vitória para o interior.

ONDE A GREVE ACABOU E ONDE PERMANECE PARCIALMENTE

EFETIVO COMPLETO

- ▼ Afonso Cláudio
- ▼ Venda Nova do Imigrante
- ▼ Conceição do Castelo
- ▼ Laranjal da Terra
- ▼ Domingos Martins
- ▼ Marechal Floriano
- ▼ Ibatiba
- ▼ Iúna
- ▼ Muniz Freire
- ▼ Ibitirama
- ▼ Irupi
- ▼ Brejetuba

- ▼ Barra de São Francisco
- ▼ Águia Branca
- ▼ Mantenópolis
- ▼ Água Doce do Norte
- ▼ Ecoporanga
- ▼ Santa Teresa
- ▼ São Roque do Canaã
- ▼ Santa Maria de Jetibá
- ▼ Itaguaçu
- ▼ Itarana
- ▼ Santa Leopoldina

VOLTA PARCIAL

- ▼ Alegre

- ▼ Guaçuá
- ▼ São José do Calçado
- ▼ Apicá
- ▼ Jerônimo Monteiro
- ▼ Bom Jesus do Norte
- ▼ Divino de São Lourenço
- ▼ Dolores do Rio Preto
- ▼ Marataízes -
- ▼ Itapemirim
- ▼ Presidente Kennedy
- ▼ Rio Novo do Sul
- ▼ Cachoeiro de Itapemirim
- ▼ Muqui
- ▼ Mimoso do Sul

- ▼ Atílio Vivacqua
- ▼ Castelo
- ▼ Vargem Alta
- ▼ Anchieta
- ▼ Alfredo Chaves
- ▼ Iconha
- ▼ Piúma
- ▼ Vitória
- ▼ Vila Velha
- ▼ Serra
- ▼ Cariacica
- ▼ Guarapari
- ▼ Viana
- ▼ Nova Venécia

- ▼ Vila Pavão
- ▼ Pinheiros
- ▼ Boa Esperança
- ▼ Montanha
- ▼ Mucurici
- ▼ Ponto Belo
- ▼ São Gabriel da Palha
- ▼ Vila Valério
- ▼ Aracruz
- ▼ João Neiva
- ▼ Ibraçu
- ▼ Fundão
- ▼ Colatina
- ▼ Marilândia

- ▼ Baixo Guandu
- ▼ Pancas
- ▼ Alto Rio Novo
- ▼ Governador Lindenberg
- ▼ São Domingos do Norte
- ▼ Linhares
- ▼ Rio Bananal
- ▼ Sooretama
- ▼ São Mateus
- ▼ Pedro Canário
- ▼ Conceição da Barra
- ▼ Jaguaré

ESPECIAL SEGURANÇA

MILITARES JÁ ATUAM NA MADRUGADA

Número de viaturas, no entanto, ainda é pequeno



BRUNO LOPES/AGÊNCIA O GLOBO - 12/02/2017

Viaturas da PM: 275 estão sendo utilizadas no patrulhamento, mas veículos ainda não são em número suficiente para a demanda

« O patrulhamento à noite já está sendo realizado por policiais militares, até mesmo nas 55 cidades onde a greve ainda não terminou. De acordo com o coronel Márcio Celante, chefe do Estado Maior Geral da PM, quando não há viaturas próprias, as equipes atuam em parceria com as tropas federais, utilizando os veículos deles.

Citou como exemplo a atuação das equipes do Batalhão de Missões Especiais (BME), que em alguns bairros da Grande Vitória tem atuando junto

com a Força Nacional. “Mas também utilizamos outras alternativas, como o policiamento a pé, de moto ou de bicicleta”, disse o coronel.

CRESCIMENTO

O número de viaturas circulando pelas cidades, explicou Celante, já se aproxima do padrão em uma situação de normalidade. No dia 10, por exemplo, eram 10 viaturas e hoje já contam com 275. Mas elas ainda não são suficientes para suprir a demanda. “Hoje temos o efe-

DIFICULDADE

“Hoje temos o efetivo nas ruas, mas ainda temos dificuldades com as viaturas que estão bloqueadas em alguns batalhões”

MÁRCIO CELANTE
CORONEL

tivo nas ruas, mas ainda temos dificuldades com as viaturas que estão bloqueadas em alguns batalhões”, relatou.

O coronel acrescenta que o GAO, cujas viaturas estão bloqueadas, tem rodado nas regiões onde atua, que são, principalmente, as áreas de tráfico, com outros veículos. “O policiamento não deixa de ser feito, mesmo que não possam utilizar os veículos próprios da unidade”, acrescentou.

Até o momento já retornaram ao trabalho um total de 6.500 homens, do total de 9.500 que fazem parte do efetivo da corporação. Eles atuam, de acordo com

Celante, em escalas e em outros tipos de atividades desenvolvidas pela polícia, como escoltas de presos e nos DPMS.

Numa situação de normalidade, explicou o coronel, são levados para as ruas, em todo o Estado, em torno de 2.500 homens. Eles são distribuídos, ao longo do dia em turnos, com um volume um pouco menor à noite. “A redução se dá em função de que, de madrugada, o volume de pessoas circulando e de demandas por atendimento é menor”.

NÚMEROS

EFETIVO

▼ Polícia Militar

De acordo com o coronel Márcio Celante, a corporação possui um efetivo que gira em torno de 9.500 policiais.

ATUANDO

▼ Fora da greve

Um total de 6.500 homens já teriam retornado para o trabalho. Deste total, policiais as ruas diariamente em torno de 2.500 militares. Eles são distribuídos por turnos e, segundo Celante, um número menor atuar durante à noite, quando o número de demandas é um pouco menor.

INDISPONÍVEIS

▼ Braços cruzados

Estão fora das ruas, sem atuar, um total de 3 mil policiais militares. Segundo a corporação, fazem parte do grupo os que atuam em outros poderes e os que apresentaram atestado médico desde que o movimento se iniciou.

VIATURAS

▼ Operando

Já estão circulando pelas ruas, segundo a Secretaria de Estado da Segurança Pública (Sesp), um total de 275 viaturas. No último dia 10, em pleno movimento, eram cerca de 11 disponíveis para rodas nas ruas.

DIFICULDADES

▼ Falta

As viaturas que ainda estão bloqueadas nos batalhões ainda representam um problema para garantir a normalidade do policiamento.

Batalhões na Grande Vitória ainda interditados

« Na tarde de ontem a reportagem percorreu batalhões em Vitória, Vila Velha e Serra, onde as mulheres dos militares protestam, e conversou com elas, que garantiram que o movimento continua.

Na 4ª Companhia do 1º Batalhão da PM, em Jardim Camburi, uma moradora do bairro que participa do movimento contou

que os últimos 20 dias foram difíceis. “Tentamos vários acordos e o governo não aceita. Queremos o auxílio de fardas, melhores viaturas, melhoria do Hospital da PM e anistia. É difícil todo dia receber ameaça do governo, mas isso não passa de um blefe e nosso movimento vai resistir. Dos mais de 10 mil PMs, se 300 estão na rua, é

muito”, disse a professora Cinthia Nessim, 43 anos.

No 6º Batalhão, na Serra, mulheres aceitaram dar entrevista, mas foram impedidas por um grupo de homens que não se identificaram. No Quartel do Comando Geral da PM manifestantes disseram que só falaria com o governador. Já no 4º Batalhão, em Vila Velha, ninguém quis dar entrevista.



FERNANDO MADEIRA

A avenida em frente ao 6º Batalhão, na Serra, foi bloqueada pelas mulheres

ESPECIAL SEGURANÇA

Bloqueio

Entrada do 6º Batalhão, na Serra, onde famílias ainda permanecem acampadas.

FOTO: Ricardo Medeiros



IMPASSE NAS NEGOCIAÇÕES ENTRE GOVERNO E MULHERES

Elas vão se reunir nesta semana para definir rumo do movimento

de CARLA SÁ
carla.sa@redgazeta.com.br

A paralisação da Polícia Militar está no seu 21º dia e o governo do Estado fechou as portas de negociação enquanto as mulheres continuam em frente aos batalhões, obstruindo a entrada e a saída. Apesar disso, elas prometem não tirar o pé dos quartéis. Ou seja, há um impasse.

“Continuamos com a mesma proposta, mas vamos nos reunir ainda nesta semana para decidir qual vai ser o próximo passo”, diz uma esposa de PM que participa do movimento e prefere não se identificar.

O encontro das manifestantes não tem data certa. “Mas vamos debater o que faremos, pois o governo não está atendendo nossos pedidos, não aceita nada. Querem ‘ferrar’ o movimento e os policiais, anunciando o nome de cada um investigado”, defende a mulher.

Do outro lado, o governo informou que mantém sua posição de não retomar o debate até que elas saiam dos batalhões. Entre os pontos polêmicos, o pedido de anistia ou perdão e as propostas de reajuste e promoções que, segundo o Estado, são inviáveis pelo custo que representam. A ideia é avaliar a possibilidade de reajuste a todos os servidores públicos quando fechar o primeiro quadrimestre do ano.

No meio disso tudo, está a população que aguarda a dissolução dessa situação e continua com medo e preocupação. “É um dilema, e as associações ficam de mãos atadas, funcionando apenas como mediadores”, diz o major Rogério Fernandes Lima, presidente da Associação dos Oficiais Militares do Espírito Santo (Assomes).

“Está tudo muito estagnado, o que não é bom para ninguém. É difícil ajudar quando as partes não se colocam na mesa”, afirma.

MOVIMENTAÇÃO DAS DISCUSSÕES

ACORDO

Com associações

O governo do Estado assinou acordo em 10 de fevereiro com as associações que representam PMs e excluiu as mulheres dos PMs. Pela ata, bombeiros e policiais não iriam sofrer punições administrativas disciplinares. As mulheres não concordaram.

Reajuste e promoção

O documento não citava reajuste. Mas mencionava apresentação de cronograma de promoções previstas em lei. Estipulou a criação de uma comissão para avaliar a carga horária.

NOVAS PROPOSTAS

Reajuste e melhorias

As esposas apresentaram nova proposta ao governo no dia 13. Elas abriram mão do reajuste salarial, que seria de 43%. Mantiveram o pedido de melhorias das

condições de trabalho, incluindo benefícios e gratificações que, na prática, fazem aumentar o salário dos PMs.

Sem acordo

Segundo as associações, na sexta-feira passada foi oferecida a retirada da punição administrativa às mulheres, além de R\$ 1,7 mil de auxílio fardamento, hoje em R\$ 1.090. O governo negou ter feito a proposta. As mulheres rejeitaram a proposta.

PONTOS POLÊMICOS

Progressão

Na PM, o salário sofre aumento pelo tempo de serviço na chamada progressão horizontal de referência 15, ou seja, sobre a cada três anos de forma gradativa em até 15 reajustes. A proposta das mulheres é que todos os policiais tivessem o salário elevado como se já

estivessem na 15ª etapa de suas progressões.

Escala especial

Do soldado ao tenente os PMs fazem três escalas especiais, e das patentes de capitão para cima são duas. São como horas extras que eles recebem, mas que já que já são entendidas como um dinheiro certo pelos PMs. A proposta das mulheres é de que essas escalas sejam incorporadas oficialmente ao salário, o que poderia ser feito gradualmente por meio de um cronograma.

Anistia

As mulheres pedem anistia total das punições administrativas, incluindo processos já instaurados, e não da esfera criminal (acusações de motim e revolta armada), este último depende de decisão política federal, não do Estado. Mas o secretário de Estado de Direitos

Humanos, Júlio Pompeu, disse em entrevista à CBN Vitória na última terça que não é possível “desinstaurar” processos.

POSIÇÃO DO GOVERNO

Sem negociação

O Comitê Permanente de Negociação da Polícia Militar afirmou que, enquanto as entradas dos batalhões estiverem bloqueadas, não haverá mais negociação.

Perdão

Na entrevista à CBN, Júlio Pompeu disse que o governo poderia aceitar o perdão no caso de infrações administrativas. Também acenou com a possibilidade de conceder o aumento no auxílio fardamento. Entretanto, sobre os reajustes com a referência 15, o governo afirma que seria inviável por representar um custo de R\$ 330 milhões.

Reportagem Especial

CRISE NA SEGURANÇA PÚBLICA

Greve acaba em 23 cidades

Após completar 20 dias de braços cruzados, policiais militares encerraram a greve em 23 municípios capixabas, segundo informou a Secretaria de Estado da Segurança Pública (Sesp). Em algumas cidades, as mulheres desbloquearam os batalhões.

O policiamento foi 100% restabelecido em Afonso Cláudio, Venda Nova do Imigrante, Conceição do Castelo, Laranja da Terra, Domingos Martins, Marechal Floriano, Ibatiba, Iúna, Muniz Freire, Ibitirama, Irupí, Brejetuba, Barra de São Francisco, Águia Branca, Mantemópolis, Água Doce do Norte, Ecoporanga, Santa Teresa, São Roque do Canaã, Santa Maria de Jetibá, Itaguaçu, Itarana e Santa Leopoldina.

Ainda segundo a Sesp, outras 55 cidades estão com o policiamento parcial, como na Grande Vitória.

O coronel Marcio Celante, chefe do Estado Maior da Polícia Militar, garantiu ontem que o efetivo está nas ruas em 23 municípios do Estado. Entretanto, ele não soube precisar se nestas cidades todas as unidades estavam bloqueadas anteriormente.

“Como nossos policiais estão atendendo a cada dia mais ao nosso chamado geral, este número está crescendo rapidamente. Mas uma coisa é certa: nestes 23 municípios a greve acabou!”, destacou.

A reportagem ligou para alguns municípios, entre os quais Santa Leopoldina. Lá, um policial informou que não havia bloqueio das mulheres na cidade, assim como elas também não marcaram presença nos Destacamentos da Polícia Militar de Santa Maria de Jetibá, Itarana, Itaguaçu e São Roque do Canaã, embora os PMs tenham deixado de ir para as ruas.

O bloqueio aconteceu em frente a 8ª Companhia Independente em Santa Teresa, que atende também esses cinco municípios.

Em Ibatiba, mulheres e familiares dos PMs desbloquearam ontem, à meia-noite, a entrada do 14º Batalhão. Mas elas, que fizeram orações durante o movimento, clamam o apoio dos moradores no requerimento a ser encaminhado ao governo do Estado, pedindo para



EM IBATIBA, familiares dos PMs fizeram orações durante o movimento. Entrada do 14º Batalhão foi desbloqueada

retomar as negociações sobre reajuste no salário dos policiais.

Já o coronel Celante disse que o movimento que paralisou a PM capixaba deixou a imagem da corporação desgastada. “Até o início deste ano, o que se ouvia falar da PM era sobre bons resultados, redução de índices. De 20 dias para cá, a nossa imagem foi desgastada.”

Porém, o coronel espera que com a volta da PM às ruas o movimento vá perdendo sua força e chegue ao fim.

CRIMES

Desde o início da greve, no último dia 4, foram registrados assaltos, saques a lojas, incêndios a ônibus e homicídios. Até ontem, foram contabilizados 186 assassinatos, segundo o Sindicato de Policiais Cívicos no Estado (Sindipol).

“Esperamos que cada policial ponha a mão na consciência e vá se mobilizando para dar fim à manifestação”

Coronel Marcio Celante

Policimento Efetivo completo e parcial



Fonte: Secretaria de Estado da Segurança Pública (Sesp)

Mulheres mantêm bloqueio na Grande Vitória

Mesmo com punições sendo anunciadas todos os dias, integrantes do Movimento das Mulheres, Parentes e Amigos dos Policiais e Bombeiros Militares do Estado garantem que irão manter os bloqueios nas portas dos batalhões que ainda continuam obstruídos.

Ontem, depois de serem informadas que o governador Paulo Hartung assinou nomeações e progressão de carreira dos policiais civis, integrantes desse movimento se reuniram em um local que não foi divulgado.

Ao final do encontro, uma das mulheres gravou um áudio dizendo: “Boa noite gente. Nós acabamos de sair de uma reunião agora muito produtiva por sinal e eu tenho um recado pra dar para vocês que é o seguinte: ‘É sustentar e aguardar, porque se o governador não negociar, agora é o Estado inteiro que vai parar, todas as categorias. Então gente, sustenta porque se outras pessoas conseguirem (se referindo aos policiais civis) nós também vamos conseguir. É sustentar. A partir de hoje mais do que nunca. É ficar fortes e firmes.”

No final, é possível ouvir várias mulheres gritando: “Sustenta, sustenta, sustenta. Brasil!”

Novo concurso para a PM se houver redução de efetivo

Se ao final de todas as apurações sobre a conduta dos PMs durante a greve, houver redução do efetivo por conta das punições, o governo do Estado fará um novo concurso público para a Polícia Militar.

O governo do Estado informou que foram abertos Processos Administrativos Disciplinares (PAD) e Inquéritos Policiais Militares (IPM) para apurar a conduta dos policiais. No total, foram instaurados IPMs para 2.580 policiais militares, PADs RO para 235 PMs e Conselhos de Disciplina para 36 policiais.

Por nota, informou: “Durante o processo, nos termos da legislação aplicável, será apurada a responsabilidade individual com garantia de amplo direito de defesa. Uma vez concluídos os atos, caso resultem na redução do quadro de pessoal da Polícia Militar, o governo conduzirá um planejamento visando à reposição da força de trabalho, por meio de concurso público.”



POLICIAIS em formatura de turma

Reajuste para policiais civis

O governador do Estado, Paulo Hartung, assinou ontem a progressão de carreira de 242 servidores de diferentes categorias da Polícia Civil. Com a progressão, os beneficiados são elevados de uma classe para outra, com acréscimo de 2% sobre salários. As progressões são retroativas à data em que cada servidor adquiriu o direito.

Além disso, oito delegados e nove escrivães foram nomeados pelo governador. Outros dois delegados que já haviam sido nomeados por decisão judicial foram confirmados administrativamente pela Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos (Seger).

O chefe da Polícia Civil, delegado Guilherme Daré, disse que a corporação vinha apresentando seus

pleitos via sindicato e que a pauta foi discutida a nível de governo. “As nomeações haviam sido promessa do governo, desde que houvesse segurança financeira para isso.”

O delegado explicou ainda que as nomeações foram abaixo do ideal, que seriam de 30 delegados e 20 escrivães.

Daré estava em trânsito e a ligação caiu antes de ele esclarecer sobre o impacto financeiro das progressões dos servidores.

Segundo o governo do Estado, as 17 nomeações e as duas confirmações administrativas não geram despesa nova ao Executivo, visto que os cargos já existiam e estavam vagos, uma vez que seus titulares pediram exoneração.

Um decreto de crédito suple-



POLICIAIS CIVIS em protesto na frente do Quartel do Comando Geral da PM: 242 servidores tiveram progressão na carreira e aumento de 2%

mentar no valor de R\$ 7,4 milhões, destinado a reforçar ações de investigação da Polícia Civil também foi assinado ontem por Hartung.

Esses recursos são provenientes do Fundo Especial de Reequipa-

mento da Polícia Civil e serão aplicados em obras e instalações, materiais permanentes e de consumo, além de equipamentos para a Polícia Judiciária, combustível e manutenção de viaturas.

CRISE NA SEGURANÇA PÚBLICA

“Retorno voluntário de PMs pode reduzir punições”

Afirmção é do comandante do CPOM, coronel Ramalho, que disse que policiais podem “conseguir driblar processo”

“O policial que se apresentou voluntariamente (para voltar ao trabalho), ele vai conseguir driblar, talvez, esse processo (disciplinar) com esse atenuante”, declarou à imprensa o comandante do Comando de Polícia Ostensiva Metropolitana (CPOM), coronel Alexandre Ramalho.

O comandante reforçou diversas vezes que o retorno dos policiais ao trabalho “vai servir de atenuante” aos processos disciplinares que estão sendo instaurados pelo comando-geral da corporação, podendo reduzir punições.

Até o momento, 235 policiais estão respondendo ao Processo Administrativo Disciplinar de Rito Ordinário (PAD-RO) e 36 PMs a Conselhos de Disciplina (CD).

Além disso, já foram instaurados Inquéritos Policiais Militares (IPMs) para 2.580 policiais, o que corresponde a cerca de 25% do efetivo no Estado.

Ramalho destacou ainda que não há mais policiais aquartelados no Espírito Santo. “As chamadas

estão sendo feitas em locais diversificados, não há justificativa mais para o policial não sair da sua unidade. Hoje, nos quartéis, não temos ninguém aquartelado”.

Sobre as chamadas realizadas no Hospital da Polícia Militar ontem e hoje, o coronel disse que elas estão ocorrendo para identificar os PMs que estão com dispensas médicas e saber quais são elas.

“Vamos explicar para esses policiais também que, se isso foi algum artifício de esvaziar o efetivo da Polícia Militar, que isso é grave, que cumpram esse período da licença, mas que voltem assim que possível”, destacou.

Aos familiares que permanecem em frente a batalhões da PM pelo Estado, bloqueando a saída de viaturas, Ramalho fez um apelo à racionalidade. “O que hoje é feito de forma coletiva, amanhã esse policial vai responder de forma individual, ele vai estar sozinho num processo muito difícil”, lembrou.

O comandante declarou ainda que o fato de responder a um processo administrativo ou ser investigado em um inquérito não significa que todos esses policiais serão expulsos da corporação.

A demissão de um PM é a pena máxima que se pode chegar por indisciplina. Caso os 2.580 PMs investigados sejam julgados e condenados após denúncia em processo penal, podem pegar de oito a 20 anos de prisão.



CORONEL RAMALHO disse que foram instaurados inquéritos para 2.580 PMs

Comando transfere 55 policiais militares

Em um novo boletim geral da Polícia Militar, de ontem, foi divulgada uma lista com a transferência de 55 policiais militares.

Do total, 47 são de policiais que saíram da Grande Vitória e foram deslocados para batalhões em Ibatiba, Barra de São Francisco, São Mateus, Linhares, Alegre, Nova Venécia, Cachoeiro de Itapemirim e Colatina.

O Batalhão de Missões Especiais (BME), foram seis policiais com patentes de 2º sargento a soldado. Todos foram para o interior.

Ao todo, foram transferidos dois maiores, seis capitães, dois tenentes, 8 sargentos, 11 cabos e 26 soldados.

Entre os transferidos há maridos das mulheres que estão na comissão de negociação, segundo informou uma integrante dessa comissão. Ela, inclusive, disse que essa decisão foi vista como uma modalidade de punição velada.

Outro que foi transferido foi um soldado — que atuava em Vitória e agora irá para Cachoeiro de Itapemirim. Ele postou um vídeo no canal YouTube falando mal da polícia. O vídeo viralizou.

Um capitão do Batalhão de Polícia de Trânsito, que atuava em blitz da Lei Seca na Grande Vitória, agora irá trabalhar em Ibatiba.

CURSOS

Outro que entrou na listagem foi um soldado da Companhia de Operações Especiais (COE), subnúcleo do BME.

Segundo fontes da polícia, esse soldado fez vários cursos e tem experiência em saltar de helicóptero por uma corda, de ponta-cabeça, atirando com fuzil. Agora irá atuar na ronda ostensiva em Alegre.

Após ser transferido de Cariacica para Nova Venécia, um capitão enviou uma mensagem para integrantes do Movimento das Mulheres, Pais e Amigos dos Policiais e Bombeiros Militares do Estado fazendo críticas e garantindo que irá recorrer à Justiça.

Em um dos trechos, disse: “O comandante da PM, se é que existe um, deverá comprovar na Justiça a necessidade do serviço. Acionarei os meios legais, inclusive referente a danos morais.”

Procurada, a Secretária de Estado da Segurança Pública (Sesp) não se pronunciou sobre a lista.



BME em operação: transferências

O QUE ELE DIZ SOBRE...

6.500 retornaram ao trabalho

Efetivo

> “O EFETIVO EXISTENTE é de 9.500 PMs, homens e mulheres. Já conseguimos que 6.500 retornassem e estamos com um déficit de 3 mil. Quem são esses 3 mil?”

> “SÃO LICENÇAS MÉDICAS, policiais que estão cedidos a outros órgãos (como Tribunal de Justiça do Estado e Ministério Público) e outros que não se apresentaram ao seu comandante de Batalhão (ou seja, estão em greve)”.

Liberção de batalhões

> “TIVEMOS NOTÍCIA de Conceição da Barra e Ibatiba sendo liberados, mas ainda há, sim, sejam familiares, amigos, parentes ou simpatizantes ocupando as portas dos quartéis, o que dificulta a retirada das nossas viaturas”.

Chamada

> “CONCLAMO o nosso bom policial, que sempre teve uma ficha limpa, que sempre trabalhou em prol da sociedade, retorne, meu caro, ao seu serviço, apresente-se ao seu comando de batalhão.

> “O QUE FEZ para trás está sendo apurado em processos administrativos. O retorno dele, nós já podemos assegurar, isso é um atenuante”.



HPM: licenças médicas apresentadas

Coronel Itton

> “A EXPERIÊNCIA do nosso coronel Itton Borges, que foi reconvoado pela larga experiência que ele tem em ritos processuais, vai mostrar como é esse rito processual, quais são as consequências, onde que se pode beneficiar e o nosso entendimento de mostrar para o nosso policial de que o retorno é uma amostra de que ele está disposto a refazer uma imagem negativa que, por um momento, tenha sido construída”.

ENTENDA OS PROCESSOS

Comandante-geral é quem decide

Conselho de Disciplina

> PROCESSO administrativo que julga a conduta disciplinar de praças da PM-ES (soldados, cabos, sargentos e subtenentes) com mais de dez anos de serviço. A depender da gravidade da transgressão, o policial pode ser expulso da corporação. O CD tem prazo de 30 dias para sua conclusão, prorrogáveis por mais 20 dias.

> COMPOSIÇÃO: o presidente, que é o policial de maior patente, seguido de um interrogante e relator, além de um escrivão. Eles são indicados pelo comandante-geral da PM.

> O POLICIAL que apresentou indícios de indisciplina é notificado a se apresentar ao Conselho.

> A DEFESA por escrito é apresentada num prazo de até 5 dias. Em seguida, ouvem-se as testemunhas de acusação e defesa. Após, a defesa do policial produz um memorial, que é apresentado aos membros do Conselho.

> É FEITO um relatório com o parecer do CD e remetido ao comandante-geral, que pode concordar ou não com o parecer dos conselheiros.

> EM CASO DE CONDENAÇÃO, existem recursos administrativos. Esgotadas as vias administrativas (o que deve ocorrer num prazo máximo de seis anos), ainda é possível enfrentar questões de legalidade na Justiça.

Processo Administrativo de Rito Ordinário (PAD-RO)

> ASSEMBELHA-SE com o Conselho de Disciplina, porém é conduzido apenas por um oficial e é instaurado contra praças com menos de 10 anos de serviço. O PAD-RO tem 30 dias para ser concluído e prescreve em dois anos.

> APÓS CITAÇÃO, o réu tem até três dias para apresentação de uma defesa prévia por escrito. A seguir, é convocado para um interrogatório.

> LOGO APÓS, em novo prazo de até três dias, o policial apresenta suas alegações finais por escrito.

> UM RELATÓRIO é encaminhado ao comandante-geral, que pode concordar ou não com o parecer.

Afastamento

> OS MILITARES ficam afastados das funções, à disposição do processo.

> FICAM suspensos o pagamento de algumas gratificações de função e de escalas extras.

> CABERÁ ao comandante-geral a solução final dos processos administrativos instaurados.

Fontes: Victor Abreu, especialista em Direito Penal e Processual Penal Militar; Tadeu Fraga, especialista em Direito Disciplinar Militar; Valdenir Junior, especialista em Direito Disciplinar Militar.

DIVULGAÇÃO



Quinze mil processos para um só juiz

Sede antiga, com risco de incêndio e falta de acessibilidade, além de 15 mil processos acumulados para só um juiz. Essa é a situação do Fórum de Castelo, segundo a seccional capixaba da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-ES), que protestou ontem em frente ao local.

O Tribunal de Justiça afirmou que vai verificar as condições do imóvel nas próximas semanas e que haverá designação de outro magistrado para a comarca.

Indenização de R\$ 70 mil para viúva de motorista morto durante roubo de carga

Uma moradora de Marechal Floriano deve ser indenizada em R\$ 70 mil por danos morais, após ter seu marido assassinado durante o roubo da carga de café que a vítima transportava em um caminhão. Com a perda do pai, o filho da requerente teria apresentado quadro de depressão e problemas psicológicos.

Segundo os autos, o primeiro requerido teria disparado três tiros contra a vítima com o intuito de roubar a carga avaliada em R\$ 62 mil. Após cometer o latrocínio, o réu, com o intuito de descarregar a carga, seguiu com o caminhão até sua casa, onde foi auxiliado pela segunda ré.

Embora devidamente citados, ambos os requeridos não apresentaram contestação, levando o magistrado da Vara única de Marechal Floriano, após considerar todas as provas apresentadas, a condenar ambos.

Segundo o juiz, não existe controvérsia a respeito do evento danoso: os réus assumiram a autoria do crime, conforme o termo de declaração prestado por ambos na delegacia de polícia.

O magistrado afirma ainda que o resultado da Investigação Criminal atesta a veracidade dos depoimentos prestados pelos requeridos, ficando claro que os fatos se deram na forma como descrita pela autora na petição inicial.

Por fim, o juiz explica que um conhecimento mediano sobre relações humanas já seria o suficiente para se concluir pela inegável existência da dor e sofrimento causados pela perda do marido, justificando assim a condenação dos réus por danos morais.

Tribunal vai decidir sobre indenizações da Samarco

O Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJ-ES) vai decidir sobre a possibilidade de direito à indenização por danos morais decorrentes do rompimento da barragem de rejeitos da Samarco, em Mariana (MG), em novembro de 2015.

O Pleno do TJ-ES começou a analisar, na última quinta-feira (16), um Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas, interposto pelo Ministério Público Estadual (MP-ES) contra a mineradora Samarco. O processo é relatado pelo desembargador Arthur José Neiva de Almeida.

O Ministério Público afirma que existem mais de 17 mil ações com origem no mesmo fato, o rompimento da barragem.

Segundo o MP-ES, há sentenças proferidas nos juizados especiais cíveis da Comarca de Colatina, julgando procedentes os pedidos. Mas, na 2ª Vara Cível, também de Colatina, há decisão pela improcedência dos pedidos, fundamentada em “impossibilidade de dano moral ambiental individual”.

A Samarco informou que tem conhecimento dessa ação e está acompanhando o seu andamento.

GUSTAVO FORATTINI - 03/06/2011

**ANDERSON** teve prisão revogada

Ex-prefeito de Fundão e mais dois são soltos pela Justiça

O ex-prefeito de Fundão e candidato mais votado para o cargo nas últimas eleições Anderson Pedroni (PSD), o diretor da Câmara da Serra, Flávio Serri (PSD), e um empresário do ramo da refrigeração foram soltos pela Justiça ontem. “O presente alvará de soltura decorre de decisão que revogou a prisão temporária”, diz o texto.

Eles foram presos pela Núcleo de Repressão às Organizações Criminosas e à Corrupção (Nuroc), na terça-feira, por suspeita de compra de votos de vereadores para anular a sessão que rejeitou as contas de Pedroni à frente da prefeitura em 2011.

Ele está inelegível e impedido de assumir a prefeitura. Um dos advogados de Pedroni, Felipe Osório disse que o juiz foi induzido ao erro. “Não há provas”.

TRE-ES cassa mandato de deputado estadual

**Representação foi ajuizada pelo Ministério Público Eleitoral.
Almir Vieira foi procurado pela reportagem, mas não atendeu as ligações.**

O Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo (TRE-ES) decidiu, por unanimidade, cassar o mandato do deputado estadual Almir Vieira (PRP). A representação foi ajuizada pelo Ministério Público Eleitoral.

O parlamentar é acusado de desviar dinheiro da Associação dos Funcionários Públicos do Espírito Santo (AFPES) para abastecer sua campanha rumo à Casa de Leis, em 2014.

O advogado de Vieira, Helio Maldonado, porém, promete recorrer ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O deputado vai continuar exercendo suas funções na Assembleia até que a instância superior se manifeste.

“Não concordamos com a decisão e acreditamos na possibilidade de sua reversão. O deputado continua no mandato. A perda dele só decorre do julgamento perante o TSE”, disse o advogado.

Almir Vieira foi procurado pela reportagem, mas não atendeu as ligações. Em outra oportunidade, o parlamentar disse estar sofrendo perseguição política.

Histórico

Em agosto de 2016, o então chefe de gabinete do deputado Almir Vieira chegou a ser preso na Operação Maçarico, da Polícia Federal.

A investigação apontou que uma organização criminoso desviou R\$ 1.428.938,57 da Associação dos Funcionários Públicos. Desse valor, estima-se que R\$ 252.700,00 tenham sido destinados ao financiamento de campanha eleitoral.

Apesar da derrota no TRE, o deputado obteve, em janeiro, uma vitória no Pleno do Tribunal de Justiça (TJ-ES), que arquivou representação criminal contra ele. A Procuradoria Geral de Justiça também já havia se manifestado pelo arquivamento do inquérito, realizado pela Polícia Civil. O inquérito tratava do mesmo caso, mas, para a Justiça Estadual, não havia provas suficientes para a abertura de ação penal.

CONTA DE LUZ

DIVULGAÇÃO/MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

Empresas vão à Justiça para não pagar reajuste da energia



Associação cobra do governo dados do setor elétrico e afirma que a "conta já foi paga"

« A conta de R\$ 62,2 bilhões que vai ser cobrada das tarifas de energia elétrica a partir deste ano vai parar na Justiça. A Associação Técnica Brasileira das Indústrias Automáticas de Vidro (Abividro), que reúne 15 empresas do setor que já chegaram a faturar R\$ 12 bilhões por ano, aprovou em seu conselho a decisão de ir para os tribunais questionar o pagamento.

« Já temos aprovação em assembleia desde o fim do ano passado, mas estávamos esperando um sinal de bom senso do governo, de revisão, mas isso não aconteceu», disse Lucien Belmonte, superintendente da Abividro, que tem como sócios empresas como Saint-Gobain, Nadir Figueiredo, Owens Corning.

Segundo Belmonte, falta

transparência na conta apresentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e na gestão de fundos públicos, como a Reserva Geral de Reversão (RGR), que foram criados para o pagamento dessas contas. «Cada RGR que nós já pagamos? Qual a transparência disso? Falar que o dinheiro acabou e cobrar dos consumidores é muito simplório, eu quero ver a conta. No fundo, a gente acha que isso já foi pago», disse Belmonte.

Ele destaca que a procura pela Justiça deverá começar pelos maiores consumidores, porque eles têm uma capacidade maior de organização e articulação, mas destacou que a conta atinge a todos os consumidores de energia do país. «Não é o grande consumidor que não quer pagar a conta. É que o grande consumidor é mais organizado. Talvez os representantes de consumidores menores não conheçam tanto o assunto.»

CONTA ALTA

62,2

bilhões de reais

É o valor da indenização que será cobrado dos consumidores.

7,17%

de reajuste médio

É a previsão para as contas de luz que chegarão a casas e empresas do país em 2017.

A Abividro ainda discute com outras associações representantes de consumidores intensivos de energia elétrica o melhor meio de buscar a Justiça para reclamar sobre a conta. As entidades ou empresas podem acionar os tribunais em grupo ou individualmente.

A decisão da Aneel foi recebida com insatisfação en-

tre os agentes do mercado, que também acreditam que o assunto pode acabar na Justiça. A Associação Brasileira dos Grandes Consumidores de Energia (Abrace) argumentou com a agência na consulta pública, mas não teve seus pleitos para amenizar o impacto nas indenizações acatados. Antes da decisão da Aneel, Edvaldo Santa, presidente da Abrace, disse que, se a decisão não fosse favorável, o caminho seria recorrer à Justiça.

O conselho da Abrace, integrado por empresas como Braskem, Vale, Gerdau e Alcoa, deve decidir o que fazer após o carnaval. Segundo agentes do mercado, advogados já foram sondados e eles informaram que há argumentos jurídicos relevantes para apontar que essa conta deveria ser paga pela União, e não pelos consumidores. O diretor-geral da Aneel, Romeu Rufino, disse estar preparado para recursos.

Repasse aos capixabas deve demorar um pouco

« O aumento nas contas de energia não será sentido, pelo menos por enquanto, pelo consumidor capixaba. Mesmo o governo federal tendo definido na última terça-feira, 21, que o consumidor terá que pagar pela indenização de R\$ 62,2 bilhões a transmissoras de energia até 2025, no caso do Espírito Santo o reflexo dessa medida deverá ser visto somente a partir de agosto, que é quando as distribuidoras EDP Escelsa e Luz e Força Santa Maria realizam a revisão anual.

É nesse período que as companhias estipulam o novo valor a ser cobrado dos clientes. O cálculo se baseia em vários pontos, entre eles custos típicos da atividade de distribuição, sobre os quais incide o IGP-M, e ou-

OPINIÃO DA GAZETA

O populismo cobra a conta

« Em 2012, a então presidente Dilma Rousseff, em um de seus rompantes intervencionistas, resolveu baixar na marra a tarifa de energia, e, como é frequente nesses casos, a conta ficou para o governo, via subsídios. O saldo dessa intervenção desastrosa é um setor desequilibrado e um rombo que só não é impagável porque, como sempre, os consumidores, estão aqui para cobri-lo. Sobra também uma lição: o populismo, mais cedo ou mais tarde, sempre apresenta a fatura.

REVISÃO

2,14%

de queda na conta

Essa foi a redução da energia distribuída pela EDP Escelsa, em 2016.

tras despesas que não acompanham necessariamente o índice inflacionário, como energia comprada, encargos de transmissão e encargos setoriais.

A reportagem procurou as empresas para se manifestarem sobre o repasse, mas somente a Luz e Força Santa Maria retornou. «A empresa aguarda a publicação da resolução da Aneel para avaliar como será o repasse».

A MONTANHA-RUSSA DO SETOR

INTERFERÊNCIA

▼ Os problemas

enfrentados pelo setor elétrico no país começaram há cerca de cinco anos, com a publicação da Medida Provisória (MP) 579, que tinha o objetivo de reduzir a conta de luz.

« Em 2012, o governo exigiu das distribuidoras de energia mudanças nos contratos. Elas tiveram que

aceitar renovar antecipadamente as concessões, mas seriam indenizadas para cobrir os gastos que tiveram com obras de modernização das redes que fizeram até 2000.

« A MP, assinada pela então presidente Dilma Rousseff, alterou o marco regulatório do setor elétrico e retirou encargos da tarifa de energia. Isso permitiu,

em 2013, a redução de cerca de 20% na conta de energia para os domicílios e para a indústria.

« Mas, em 2015, o governo percebeu que não tinha dinheiro para manter os subsídios. Então, veio o tarifação, com um aumento de mais de 50% na conta de luz.

« A indenização para as distribuidoras, na verdade,

deveria ter começado a ser paga em 2013, mas houve demora, até que o governo chegasse a um acordo com as empresas sobre o quanto elas tinham direito a receber. Como o governo não tem dinheiro em caixa, mais uma vez vai repassar a despesa para o consumidor.

« Pelos cálculos da Aneel, a indenização a ser paga é de R\$ 62,2 bilhões.

ARQUIVO



Reajuste na conta de energia de até 11%

IMPACTO DA INDENIZAÇÃO

« O impacto nas contas de luz, neste ano, será de 7,17%, em média, segundo a Aneel, variando de 1,13% a 11,45%.

« Isso não significa que as contas de energia vão subir nessa magnitude, pois a transmissão é apenas um de vários itens que compõem as tarifas, que inclui custos de geração, distribuição, subsídios e impostos.